

Constituinte é atacada na semana em que mais avança

Brasília — Luciano Andrade

Franklin Martins

Os ganhos até o momento

BRASÍLIA — Ao reclamar de minorias que "tentam solapar a ordem e inviabilizar o governo", como disse na *Conversa ao pé do rádio* sexta-feira, o presidente José Sarney atacou a Constituinte exatamente na semana em que ela deu três grandes saltos para o futuro: sem tomar conhecimento de pressões de setores do empresariado e dos conservadores, ampliou ainda mais os direitos dos trabalhadores; mostrou que pode encerrar com rapidez a votação da Constituição e com isso calar a boca de quem teme a falta de tempo para realizar eleição direta para presidente este ano; e demonstrou tudo isso com votações tranquilas e sempre por larga margem, como se antecipadamente estivesse respondendo ao presidente que as minorias não têm peso quando se exige maioria absoluta (280 votos) nas votações e existe ampla disposição para o entendimento.

A Constituinte confirmou praticamente todas as conquistas sociais aprovadas na Comissão de Sistematização. "Foi uma semana democrática, de grande harmonia", comemorou o deputado Jaime Santana (PFL-MA), da ala moderna do partido. "Foram os dias mais produtivos da Constituinte. Garantimos conquistas reais para os trabalhadores", comentou Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ), exibindo uma satisfação que irritou vários líderes do *Centrão* perplexos com o fato de um banqueiro apoiar bandeiras trabalhistas. "O capítulo está saindo muito melhor do que eu esperava", confessou o líder do PCB, Roberto Freire (PE). "O plenário está mostrando que vamos ter uma Constituição avançada e moderna, como o país exige", resumi o vice-líder do PMDB, Antônio Brito (RS).

Livres — Com as definições da última semana, promulgada a nova Constituição, os trabalhadores terão direito a um adicional de um terço de seus salários quando entrarem de férias. A semana de trabalho não poderá ser superior a 44 horas (hoje o limite é de 48). As horas extras serão remuneradas 50% acima da hora normal. E a jornada de empregados em empresas que funcionem no sistema de turnos ininterruptos de revezamento será de apenas seis horas.

As gestantes gozarão licença maternidade de 120 dias, e seus maridos ou companheiros terão oito dias, após o parto, para ajudá-las com o recém-nascido. Os trabalhadores rurais possuirão os mesmos direitos dos urbanos e as reclamações trabalhistas só prescreverão depois de cinco anos.

A aprovação desse elenco de medidas só foi possível porque o ambiente do plenário desanuviou-se depois que a liderança do PMDB e o *Centrão* fecharam um acordo sobre a estabilidade. Desfeito o clima de confronto, muitos integrantes do *Centrão* sentiram-se livres dos laços com o grupo e passaram a votar de acordo com suas consciências. Em duas votações seguidas, estupefatos, os líderes do *Centrão* viram que pouco mais de cem parlamentares continuavam a seguir sua orientação. A partir daí, a articulação conservadora desmoronou. Temerosa de novas derrotas e sentindo que era inútil qualquer resistência, aceitou todos os acordos propostos pelo PMDB. Foi o salve-se quem puder. "Estamos engolindo sapos o tempo todo. E o pior é que por acordo", desabafou, abatido, Eraldo Tinoco (PFL-BA). Na verdade, o parlamentar do *Centrão* usou uma expressão mais pesada do que "engolir sapos" para descrever a situação — só que ela é impubescível.

Para o deputado Paes Landim (PFL-PI), do *Centrão* acabou fazendo "uma nova CLT na Constituinte". O deputado Roberto Freire, porém, não está de cordo: "Isso é choradeira e preconceito. Nunca vi ninguém do *Centrão* criticar a Constituição suíça por entrar em detalhes como a proibição da fabricação de absinto ou o controle da destilação de bebidas alcoólicas em casa".



Igualdade — Os trabalhadores rurais terão os mesmos direitos dos urbanos. Um retirador (ordenhador) de leite, por exemplo, pode agora cobrar do seu patrão férias, 13º salário, adicional de férias, horas extras, seguro contra acidente de trabalho etc. Se fizer a primeira ordenha, digamos, as quatro e meia da manhã, tem direito a adicional por trabalho noturno.



Garantia — A demissão arbitrária e sem justa causa não é permitida. Uma secretária, por exemplo, não poderá ser despedida por recusar o convite de um chefe para um programa. O Congresso votará lei complementar detalhando quais os direitos do trabalhador no caso do patrão transgredir esse preceito. Um deles será a indenização compensatória. Há um acordo de que as disposições transitórias fixarão, enquanto a lei não for aprovada, a indenização em 40% do FGTS.



Mínimo — A Constituição deixa claro que o salário mínimo deve atender às seguintes necessidades do trabalhador e sua família: alimentação, moradia, saúde, educação, lazer, transporte, vestuário, higiene e previdência social. Antes, falava-se de maneira genérica em "necessidades básicas". É uma conquista importantíssima, porque a Constituinte aprovou no capítulo dos direitos individuais uma novidade jurídica: o mandato de injeção. Com esse instrumento, o cidadão pode bater às portas do Supremo Tribunal Federal exigindo o cumprimento de qualquer dispositivo constitucional que esteja sendo desrespeitado. No caso, o trabalhador pode pedir ao STF que dê prazo ao governo para fixar o salário mínimo num patamar que atenda às necessidades para a sobrevivência descritas na Constituição.



Jornada — Promulgada a nova Carta, a semana de trabalho não poderá ser superior a 44 horas. Na prática, as categorias profissionais mais organizadas, como os metalúrgicos e os químicos, entre outras, já conseguiram semanas menores, em acordos coletivos. Mas nas categorias mais numerosas e desorganizadas — construção civil é uma delas —, o trabalhador ganhou com a medida mais quatro horas para o lazer e a família.



Revezamento — Os empregados de firmas que funcionem no sistema de turnos ininterruptos de revezamento — a fábrica não pára e o trabalhador às vezes dá o serviço de dia, às vezes à noite — terão jornada de apenas seis horas. A medida beneficia cerca de dois milhões de trabalhadores, especialmente em setores como siderurgia, cimento, petróleo, petroquímica, alumínio e algumas modalidades de



transportes. Agora, em vez de três turnos de oito horas, essas empresas terão de contratar mais pessoal e operar em quatro turnos de seis horas.



Hora extra — O patrão que quiser que seu empregado trabalhe além da jornada definida legalmente — que varia de acordo com a categoria profissional — terá de pagar mais. A hora extra será remunerada com um valor 50% maior do que o da hora normal (hoje esse índice é de 25%). A medida, na prática, desestimula as empresas a apelarem para a hora extra e tende a aumentar as oportunidades de emprego.



Férias — Na hora de sair de férias, o trabalhador receberá um terço de seu salário como adicional — um dinheiro extra para viajar com a família ou pagar as dívidas. Essa medida representa um acréscimo sobre a folha de pagamento anual das empresas de apenas 2,5%.



Maternidade — A mulher passa a ter 120 dias de licença gestante, 34 a mais do que atualmente. O homem terá oito dias para ficar com a família depois do nascimento da criança, a maior beneficiária das duas medidas. Alguns deputados do *Centrão* acham que as mulheres vão sair perdendo, porque ninguém mais vai querer empregá-las. Provavelmente exageram: em outros países do mundo onde a licença maternidade é de 120 dias e os pais ficam em casa na semana do nascimento dos filhos, a participação feminina no mercado de trabalho não parou de crescer por causa disso.



Ação legal — Com a nova Constituição, o empregado poderá reclamar seus direitos na Justiça até cinco anos depois de eles terem sido lesados. Hoje esse prazo é de dois anos. Assim se atualmente um empregado ganhar na Justiça o pagamento de horas extras devidas e atrasadas, só irá receber o referente ao período posterior a fevereiro de 86. Com a modificação aprovada, poderá cobrá-las desde fevereiro de 1983. Outra proteção legal do trabalhador aprovada na Constituinte é a que define como crime a retenção de remuneração de trabalho já realizado. Ou seja, o empresário que segurar o pagamento dos salários de seus funcionários por dez dias, para jogar o dinheiro no over pode ser enquadrado no Código Penal.



Marajás — Com a decisão tomada pela Constituinte, a nova Constituição vai estabelecer que os salários dos funcionários do serviço público não poderão ser maiores que a remuneração-base do nível mais alto da respectiva carreira, o que significa praticamente o fim dos *marajás* no serviço público.

Direito de greve abre nova fase

Com um acordo na explosiva questão da estabilidade, a Constituinte afastou na semana passada o fantasma do primeiro *buraco negro* (nenhuma proposta consegue o apoio da maioria do plenário e se cria o impasse). Mas ela ainda tem pela frente muitos temas polêmicos, que vão gerar fortes tensões e podem provocar o surgimento de *buracos negros*.

O direito de greve é o primeiro desses temas. Será votado provavelmente na próxima terça-feira. O *Centrão* não aceita o texto aprovado na Comissão de Sistematização e quer proibir paralisações nos setores considerados essenciais. O PMDB e a esquerda estão satisfeitos com o texto e não há acordo à vista.

Depois do direito de greve, a Constituinte viverá cerca de duas semanas de calma. Os assuntos em debate nesse período, como nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos e organização do Estado, não produzirão divisões apaixonadas no plenário e serão geralmente decididos por acordos ou em votações tranquilas.

Poderes — Se a Constituinte mantiver seu atual ritmo de trabalho — bastante intenso — na semana que começa no dia 21 de março entrará na pauta o título da Organização dos Poderes, o mais extenso da nova Carta. E aí que serão decididas três questões cruciais: o sistema de governo, a duração do mandato dos futuros presidentes e o tamanho das bancadas estaduais na Câmara dos Deputados. A temperatura deve subir muito e se manter alta por umas três semanas — tempo que durará, aproximadamente, a votação desse título.

Em seguida, a Constituinte terá cerca de 15 dias para se refazer das emoções das semanas anteriores. Será um período morno, com a votação de temas como papel das Forças Armadas e tributação e orçamento, que já reuniram amplo consenso entre os parlamentares.

Por volta de 25 de abril, o plenário começará a votar a Ordem Econômica. Pela ordem, quatro temas provocarão choques frontais entre o PMDB e a esquerda, de um lado, e os conservadores, de outro: a propriedade do subsolo (que o *Centrão* quer retirar da União), a definição de empresa nacional, a reforma agrária e as desapropriações urbanas. É bom lembrar que, ao lado da estabilidade, foram esses pontos que provocaram o surgimento do *Centrão*.

Emendas — Em torno do dia 10 de maio, começará a discussão da Ordem Social. A destinação das verbas públicas nos setores da educação e da saúde agitarão os debates, mas sem a intensidade dos confrontos da Ordem Econômica. No começo da segunda quinzena de maio, a Constituinte deverá começar a votar as Disposições Transitórias. Os artigos 4º e 5º são explosivos: mandato do presidente José Sarney e anistia para os militares punidos depois de 64. Na melhor das hipóteses, uma semana depois, por volta do dia 21, a nova Carta terá sido toda votada em primeiro turno.

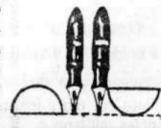
O relator terá então sete dias para redigir a matéria aprovada, após o que será aberto o prazo de cinco dias para apresentação de emendas supressivas ou redacionais. A seguir, o relator terá até cinco dias para dar parecer sobre essas emendas. Começará então a votação em segundo turno, possivelmente por volta de 12 de junho. Se essa etapa se concluir em uma semana, o relator fará então a redação final do texto, que será submetido à aprovação do plenário numa única sessão. Provavelmente, nos últimos dias de junho, a Constituição será promulgada.



O plenário se uniu e viveu seus dias mais produtivos

O que fazer para salvar a Constituinte

No rastro do fortalecimento das chances de aprovação do "parlamentarismo, já"



contra o risco de uma crise institucional, germinando entre políticos de todos os partidos um conjunto de ações que possa resultar em uma linha de defesa da Constituinte ameaçada em sua soberania. Algumas dessas ações, naturalmente, reúnem condições de prosperar mais que as outras — como é bastante possível que novas ações possam ser articuladas. Eis algumas delas que começaram a atrair a adesão da maioria das lideranças:

1. Apressar o ritmo de votação da Constituição. Estabelecer um calendário que poderá, até, prever prazos para a votação de títulos e de capítulos. Foi o que se fez, no final do ano passado, com a votação do projeto de Constituição na Comissão de Sistematização. Em outubro, a persistir o

ritmo até então mantido, calculou-se que a votação final só ocorreria em agosto deste ano. Um acordo de liderança permitiu a conclusão do trabalho um mês depois.

2. Mobilizar órgãos de classe e entidades como OAB, CNBB e ABI, por exemplo, para uma campanha popular de defesa da Constituinte. Na última quinta-feira, ao abastecer seu carro em um posto de gasolina da Asa Sul de Brasília, o deputado Pimenta da Veiga escutou de um bombeiro: "E, doutor. Essa Constituinte vai fazer a gente ganhar mais por hora extra e vai complicar a vida do patrão na hora de demitir a gente". As decisões tomadas pela Constituinte tendem, enfim, a popularizá-la.

3. O deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP) sugeriu e o deputado Brandão Monteiro, líder do PDT na Câmara, se encarregou de levar adiante o projeto de se reunir todos os presidentes de partidos para uma cerimônia que extrairia uma posição unitária de defesa da soberania da Constituinte. É possível que o PMDB, na condição de partido majoritário no país, reúna seu Diretório Nacional e adote alguma providência particular a respeito. Nos próximos dias, a depender da evolução da crise, o deputado Ulysses Guimarães poderá sair novamente em defesa da instituição que preside.

Chora, Constituinte

Na tarde da última sexta-feira, ao cruzar com o deputado Alceni Guerra (PFL-RJ) em um dos corredores da Câmara, o deputado Ulysses Guimarães o pegou pelo braço e disse: "Na minha longa vida de parlamentar, só escutei dois discursos que foram capazes de mudar, inteiramente, o rumo de uma votação. Um deles foi o seu". Alceni fez o plenário da Constituinte passar, em menos de cinco minutos, do deboche ao choro discreto, da rejeição à aceitação mais entusiástica ao defender a aprovação de sua emenda que confere licença de oito dias para o pai. Ulysses não revelou qual foi o outro discurso.

Mulheres insensíveis

Na véspera da aprovação de sua emenda, justamente porque sabia que ela seria rejeitada, o deputado Alceni Guerra (PFL-PR) procurou o grupo de deputadas da Constituinte para sugerir-lhe uma manobra. Alceni queria fundir sua emenda com a que garantia a licença de 120 dias para a gestante. "Só assim ela poderá passar", suplicou. As deputadas não concordaram. Irma Passoni (PT-SP) chegou a taxar a emenda de Guerra de "oportunistar, demagógica". Duas deputadas se inscreveram para combater a emenda. Desistiram depois do emocionante e definitivo discurso do deputado.

PINGA-FOGO

O deputado Ulysses Guimarães ocupará todo o tempo do *Jornal da Constituinte* que será transmitido pelas emissoras de rádio e televisão amanhã. Ainda não decidiu sobre o que falará.

Do "Livro de Pensamentos do Radical de Araxá", ainda em fase de elaboração:
— "Sou a favor dos cinco. Por cento."

Mutação no PDS

O senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS, continue firme e forte na defesa do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. É mais fraca, ultimamente, sua convicção de que o presidencialismo deve ser mantido como sistema de governo. Passarinho registra, contudo, uma clara mudança de posição dentro da bancada de pouco mais de 50 parlamentares do partido na Constituinte em relação à extensão do mandato de Sarney. Ali, como admite o senador, já é majoritário o bloco dos que votarão a favor do mandato de quatro anos.

Ameaça para negociar

Nos últimos dois dias, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) um dos principais líderes do *Centrão* renovou a ameaça de conseguir a adesão de 80 votos do seu grupo para ajudar na aprovação de todas as matérias da Constituinte de interesse das forças mais à esquerda. "Vou me aliar com os radicais e aprovar até a ampliação da anistia para os militares", jurou. Não fará isso. O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, entendeu o recado e procurou Fiúza para negociar no segundo turno de votação da Constituição mudanças em decisões tomadas até aqui no primeiro turno.

Ricardo Noblat

OS MAIS VENDIDOS
AS RESENHAS

VIDA CULTURAL

JORNAL DO BRASIL

Idéias

TODOS OS SÁBADOS.